

EMPREGO, SALÁRIOS E POBREZA

PAULO RENATO DE SOUZA

Hucitec-Fucamp, 1980, São Paulo

Luiz Carlos Bresser Pereira

Paulo Renato de Souza, além de trabalhar com uma ampla gama de dados empíricos, propõe-se neste livro, entre outros objetivos, apresentar uma teoria de salários alternativa às teorias clássica e marxista e também à teoria neoclássica de salários. A taxa de salários teria um limite superior representado pelo aumento da produtividade do trabalho, ou, o que vem dar na mesma, pela taxa de lucro mínimo compatível com a manutenção do processo de acumulação, e um limite inferior equivalente ao custo de reprodução da força de trabalho. Por motivos óbvios o autor descarta o primeiro limite como parâmetro para orientar a evolução da taxa de salários no Brasil. Por motivos menos óbvios descarta também o segundo limite que, desde que não se trate de um limite biológico, corresponde à perspectiva marxista sobre os salários. E adota uma terceira alternativa que, afinal, deixa a taxa de salários indeterminada. Esta se situaria no intervalo entre o mínimo e o máximo, em função da capacidade de negociação das classes sociais e do resultante padrão de acumulação, consideradas a estrutura produtiva da economia, a estrutura de salários e a taxa de crescimento da economia.

Em última análise, Paulo Renato de Souza adota a "teoria da barganha" para explicar a taxa de salários. Esta teoria tem sido freqüentemente adotada nos países centrais para explicar a elevação dos salários reais nesses países acima do custo de reprodução da força de trabalho graças à organização sindical e política dos trabalhadores. Ainda que se trate de uma teoria muito vaga, que deixa indeterminada a taxa de salários, compreende-se que ela seja adotada por economistas neomarxistas e nekeynesianos nos países centrais, já que o custo da reprodução da mão-de-obra simplesmente não pode mais explicar a taxa de salários naqueles países, por mais que atribuamos um caráter histórico a esse custo. Mas é difícil compreender por que não adotar a teoria marxista para o Brasil, onde o poder de barganha dos trabalhadores é ainda tão baixo. Esta questão torna-se ainda mais pertinente quando verificamos que, em seguida, toda a ênfase do autor será colocada na identificação da taxa de salário mínimo, que obviamente corresponde ao custo de reprodução da força de trabalho. Talvez Paulo Renato de Souza considere o custo de reprodução da mão-de-obra como um valor muito impreciso, mas mais imprecisa ainda é a taxa de salário vinculada a um padrão de acumulação.

Esta interrogação, entretanto, em nada tira o valor extraordinário deste livro. Em um mundo cheio de ortodoxias e clichês é muito agradável verificar que ainda existem

economistas que pensam, ao invés de repetir velhos chavões da teoria econômica ortodoxa ou do marxismo vulgar. Este é o caso de Paulo Renato de Souza com seu livro *Emprego, Salários e Pobreza*. Ao discutir problemas como o de uma teoria dos salários para países subdesenvolvidos como o Brasil ou ao examinar as relações entre o setor formal e o informal do mercado de trabalho, o professor da UNICAMP trabalha sempre com idéias que estão na fronteira do campo de conhecimento em questão. E o faz de maneira crítica, o que aumenta ainda mais a importância deste livro, ao mesmo tempo que o torna decididamente polêmico.

O livro reúne uma série de artigos, quase todos publicados anteriormente em revistas especializadas. Por outro lado o autor, em dois dos artigos, não apenas critica outros economistas, mas também a si próprio. Nem uma coisa nem outra, entretanto, impedem que o livro conserve sua unidade, centrado em torno da determinação da taxa de salários no setor especificamente capitalista da economia e das relações desta taxa de salários com a pequena produção mercantil onde se situa o mercado informal de trabalho.

A tese central do livro é a de que a taxa de salários continua a ser determinada fundamentalmente pelo salário-base, ou, mais especificamente, pelo salário mínimo, apesar de uma porcentagem crescente de trabalhadores receberem mais do que o mínimo. Nestes termos, Paulo Renato de Souza critica os autores que pretendem limitar a importância da fixação do salário para a determinação da taxa de salários, adotando em seu lugar o salário médio ou então o salário mediano. Critica também aqueles que afirmam que a existência de um setor informal, em que os trabalhadores recebem remunerações muito baixas, pressiona a taxa de salários para baixo. Nesse sentido, entretanto, há uma curiosa contradição entre o primeiro artigo, em que o mercado informal e o formal são considerados heterogêneos, não-competitivos, não se influenciando mutuamente, e o segundo artigo do livro, escrito em colaboração com Paulo Eduardo Baltar, em que é o salário mínimo que influencia a remuneração dos setores informais e não o inverso como comumente se pensa. Esta segunda posição, desde que não seja levada a extremos, mas pensada dialeticamente, é sem dúvida imaginosa, além de salientar o caráter subordinado do setor informal ao crescente setor especificamente capitalista da economia brasileira. Esta taxa de salário, por sua vez, e portanto a própria distribuição de renda no Brasil, depende do padrão de acumulação vigente no país e espelha a relação de forças entre as classes em conflito. Desde já este livro é leitura obrigatória para quem queira compreender os salários no Brasil.